

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### 14ª Sessão Ordinária de 2015

Publicada no DOU, Seção 1, de 02/07/2015, págs. 63/66

Dia: 29/07/2015

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul  
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

#### PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 12ª Sessão Ordinária (23/06/2015)

2) Processos Remanescentes da 13ª Sessão Ordinária (28/07/2015)

#### Processos desta Sessão (29/07/2015)

##### Pedido de Vista em 28/01/2015

3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)

Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual era requerida a suspensão dos efeitos do Ato PGJ n.º 148/2013, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, bem como a revisão do mencionado ato, para garantir que a concessão do direito à dispensa do serviço aos servidores que prestaram serviço à Justiça Eleitoral não incida em dias nos quais os servidores já tem direito a folga.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator Anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior)

Origem: Amazonas

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

##### Demais Processos

4) Procedimento Avocado n.º 0.00.000.001385/2011-93

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Corregedoria Geral do Estado de Maranhão

Assunto: Sindicâncias instauradas pelas Portarias n.ºs 4447/2009-CPGJ e 952/2011-GPGJ, que tramitavam na Corregedoria Geral do Estado do Maranhão.

Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior

Origem: Distrito Federal

5) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001784/2011-54

Requerente: APRECE – Associação dos Municípios do Estado do Ceará

Interessado: Eliene Leite Araújo Brasileiro – Presidente APRECE

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Assunto: Requer providências em relação a diversas denúncias feitas pela Prefeitura de Aracati/CE, quanto à atuação do Ministério Público nesse Município.

Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior

Origem: Ceará

- 6) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000413/2012-36  
Requerente: Fórum Permanente de Cidadania de Colinas/MA  
Interessados: Ana Cleide Conceição da Silva; Dina Pereira da Silva; Ermelinda Maria Dias Coelho; Raimundo Nonato Barroso Oliveira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Maranhão, quanto à apuração de denúncias de irregularidade na situação funcional de servidores públicos do Município de Colinas/MA.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Maranhão
- 7) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000896/2012-79  
Requerente: Sócrates de Souza – Procurador de Justiça do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Espírito Santo, nos autos do Recurso Administrativo MPES n.º 18626/2012, interposto no Processo MPES n.º 40501/2010.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Espírito Santo
- 8) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001282/2012-12  
Requerentes: Aureo de Albuquerque Lima; Eduardo Pereira dos Santos; Juni Regina Pontes da Silva; Maria Tereza Faria  
Requerido: Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Solicitam providências para regularização e melhoria nas condições de trabalho e procedimentos funcionais na Procuradoria da Justiça Militar no Estado do Rio de Janeiro, bem como o disciplinamento das funções do órgão, a adequação e incremento do atendimento às demandas dos membros, com inclusão de um setor de transportes.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Rio de Janeiro
- 9) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000115/2013-27  
Requerente: Antonio Cardoso de Lima  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Ceará em dar andamento à denúncia de crime de responsabilidade praticado pelo Prefeito Municipal de Farias Brito/CE.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Ceará

- 10) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000263/2013-41  
Requerente: Associação Goiana do Ministério Público – AGMP  
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO n.º 17.275  
Interessado: Alencar José Vital  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Requer providências no sentido de determinar à Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Goiás que, nos casos em que sobrevier aposentadoria voluntária de membros do Ministério Público do referido Estado e houver período de férias não gozadas, seja paga indenização no valor do dobro da remuneração.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Goiás
- 11) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000341/2013-16 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Interessado: Sindicatos dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente Procedimento de Controle Administrativo, para determinar ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que, em 120 (cento e vinte) dias, adeque as atribuições dos cargos em comissão e, em 180 (cento e oitenta) dias, promova a exoneração de todos os servidores comissionados que não desempenhem atribuições de direção, chefia ou assessoramento.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rio Grande do Norte
- 12) Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n.º 0.00.000.000352/2013-98 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001462/2013-77)  
Requerentes: Emerson Luís Né da Silva; Larissa da Silva Brito; Rafael dos Santos Flexa; Ruy Campos Cardoso Júnior; Willami de Souza da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Assunto: Requer a verificação de irregularidades quanto ao provimento de cargos de Analista Ministerial por servidores comissionados e cedidos no âmbito Ministério Público do Estado do Amapá, em detrimento dos candidatos aprovados em concurso público para provimento do referido cargo.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Amapá
- 13) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000874/2013-90  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá  
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Amapá.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal

- 14) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000978/2013-02  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessado: Francisco Antônio Távora Colares – Presidente do SINSEMPECE  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer a declaração de ilegalidade do art. 12, do Provimento n.º 60/2009, editado pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, no que tange à vigência dos atos de progressão por elevação de nível profissional, bem como de diversos dispositivos do mencionado provimento.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Ceará
- 15) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.00.001020/2013-21 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001071/2009-76)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP n.º 0.00.000.001071/2009-76, que verificou aposentadorias concedidas aos membros do Ministério Público do Estado do Ceará, após a edição da Emenda Constitucional n.º 41/2003.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 16) Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24  
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira  
Assunto: Proposta de Resolução conjunta entre o CNMP e o CNJ que regula procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 17) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001174/2013-12  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de Goiás, no sentido de que aquele Órgão fiscalize a legalidade da contratação de policiais militares em regime temporário, com o risco de previsão de novas contratações, mesmo com concurso para corporação em andamento naquele Estado.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Goiás
- 18) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001287/2013-18  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Interessado: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado de Roraima - ASSEMP/RR  
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima  
Assunto: Visa apurar a legalidade da percepção de gratificação de produtividade por alguns servidores do Ministério Público do Estado de Roraima, bem como dos critérios utilizados para concessão do incentivo.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal

- 19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001499/2013-03 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação Paulista do Ministério Público  
Advogados: Débora Cunha Rodrigues – OAB/SP n.º 316.117; Igor Sant'Anna Tamasauskas – OAB/SP n.º 173.163; João Antônio Sucena Fonseca – OAB/DF n.º 35.302; Renato Ferreira Moura Franco – OAB/DF n.º 35.464  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle da decisão proferida pela Corregedoria Geral do Estado de São Paulo no processo n.º 121.728/13-MP, que adotou Recomendação a membro do referido Parquet, bem como a retirada de expressão injuriosa dos autos do Processo Administrativo Disciplinar Sumário n.º 7/2013-CPP.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: São Paulo
- 20) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001792/2013-62  
Requerente: Samuel Elanio de Oliveira – Procurador de Justiça do Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer o controle de ato que indeferiu o pagamento de indenização relativa aos períodos de férias não gozadas por motivo de necessidade de serviço, devida a membro do Ministério Público do Estado do Ceará, sob o argumento de que ocorreria prescrição.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Ceará
- 21) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000141/2014-36 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001372/2013-86)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Visa analisar a expedição do Edital n.º 1/2014, da Procuradoria Geral do Trabalho, de teor idêntico àquele cuja nulidade foi declarada por este Conselho Nacional nos autos do procedimento n.º 0.00.000.001372/2013-86.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 22) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000160/2014-62  
Requerente: Luiz Gonzaga Filho  
Advogados: Jacques Veloso de Melo – OAB/DF n.º 13.558; José Wellington Omena Ferreira – OAB/DF n.º 28.613  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Requer a anulação de ato da Coordenadoria de Legislação de Pessoal do Ministério Público Federal, que exige a reposição ao erário de verbas alimentares recebidas pelo requerente, bem como que seja determinado a Subsecretaria de Remuneração de Pessoal que não realize descontos em seus vencimentos.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal

- 23) Proposição n.º 0.00.000.000191/2014-13  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Recomendação acerca da necessidade de legislação local específica para conversão de férias em pecúnia no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais e da não incidência de imposto de renda.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 24) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000210/2014-10  
Requerente: Valério Soares Heringer – Procurador do Trabalho  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer a sustação e posterior anulação de ato administrativo consubstanciado na Portaria GPC n.º 208/2013, que trata da redistribuição de processos sob a titularidade dos Procuradores do Trabalho na Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Espírito Santo
- 25) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000314/2014-16  
Requerente: Vanda Aparecida da Silva Gontijo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, quanto às exigências feitas por membros da referida unidade ministerial para a concessão de benefícios aos presos no Município de Divinópolis.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Minas Gerais
- 26) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.  
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal
- 27) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000669/2014-13  
Requerente: Thiago Verrone de Souza  
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul  
Assunto: Requer o controle administrativo de atos praticados pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, que envolvem a 29ª Promotoria do Patrimônio Público e repercutem na condução dos Inquéritos Cíveis n.ºs 028/2012, 031/2012 e 077/2012.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Mato Grosso do Sul

- 28) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000730/2014-14  
Requerente: Adla Maria de Andrade Barbosa  
Requeridos: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Roraima  
Assunto: Visa apurar possível descumprimento dos termos da Resolução CNMP n.º 37/2009, no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima e do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Roraima
- 29) Proposição n.º 0.00.000.000916/2014-73  
Proponente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte  
Assunto: Proposta de Resolução que altera o art. 17, da Resolução CNMP n.º 14/2006, para estabelecer critérios sobre o que pode ser entendido por questão objetiva de pronta resposta nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 30) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001030/2014-47  
Requerente: Laércio Trevisan Júnior  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, no sentido de apurar o descumprimento da Lei Federal n.º 12.740/2012 pelo Município de Piracicaba/SP.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: São Paulo
- 31) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001225/2014-97  
Requerentes: Antonio Fernandes da Silva Júnior; Gilvan Oliveira de Rezende; Laura Imperatriz Batalha Moreira Nery Moura  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Assunto: Requer que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Sergipe adote as providências necessárias para o imediato provimento dos cargos criados pela Lei Complementar Estadual n.º 243/2014.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Sergipe
- 32) Inspeção n.º 0.00.000.001235/2014-22  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal

- 33) Inspeção n.º 0.00.000.001236/2014-77  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Militar no Estado do Paraná  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Militar no Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 34) Inspeção n.º 0.00.000.001237/2014-11  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Inspeção Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 35) Inspeção n.º 0.00.000.001238/2014-66  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 36) Inspeção n.º 0.00.000.001441/2014-32  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 37) Inspeção n.º 0.00.000.001442/2014-87  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Goiás  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 38) Inspeção n.º 0.00.000.001443/2014-21  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Goiás  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 39) Inspeção n.º 0.00.000.001592/2014-91  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Assunto: Inspeção Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal



- 40) Inspeção n.º 0.00.000.001593/2014-35  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 41) Inspeção n.º 0.00.000.001594/2014-80  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Maranhão  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 42) Proposição n.º 0.00.000.001611/2014-89  
Proponentes: Conselheiro Alessandro Tramujas Assad – Corregedor Nacional; Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Assunto: Proposta de Resolução que altera o art. 3º, §§3º e 4º, da Resolução CNMP nº 14/2006.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80  
Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 44) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001797/2014-76  
Requerente: Eduardo Mansano Bauman – Promotor de Justiça do Estado de São Paulo  
Advogado: Daniel Oliveira de Azevedo – OAB/DF nº 853  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer o controle da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo nos autos do Processo Administrativo nº 110.187/10, a qual contraria os princípios do art. 37, da Constituição Federal.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: São Paulo
- 45) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000009/2015-13  
Requerente: Comissão da Infância e Juventude  
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Rio de Janeiro em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude  
Origem: Distrito Federal

- 46) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06  
Requerente: Mauro Viveiros – Corregedor-Geral do Estado de Mato Grosso  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Assunto: Pedido de revisão do Processo Disciplinar GEDOC n.º 000068-024/2013, que tramitou no Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Mato Grosso
- 47) Proposição n.º 0.00.000.000066/2015-94  
Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Assunto: Dispõe sobre a criação de sistema de controle de prazos eleitorais, conforme previsto no artigo 26-B, § 3º, da Lei Complementar n.º 64/90, com redação dada pela Lei Complementar n.º 135/2010.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 48) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000073/2015-96  
Requerente: Thiago Coelho da Cunha  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Assunto: Requer providências em relação a possível descumprimento, por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, do disposto na Resolução CNMP n.º 05/2006, que disciplina o exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público Brasileiro.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Mato Grosso
- 49) Proposição n.º 0.00.000.000167/2015-65  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que define a política institucional do Ministério Público na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal
- 50) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000172/2015-78 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB  
Advogado: Manoel Pinto – OAB/BA n.º 11.024  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle de legalidade sobre o Ato n.º 009/2014, da Corregedoria Geral do Estado da Bahia, de modo a consignar que as obrigações e prazos que coincidam em dias de fim de semana e feriados sejam prorrogados ao primeiro dia útil seguinte.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Bahia

- 51) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000238/2015-20  
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Requer o controle da decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que ensejou a edição da Portaria PGR/MPF n.º 505/2014, estabelecendo a composição das Câmaras de Coordenação e Revisão.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal
- 52) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000274/2015-93 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000958/2013-23)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Assunto: Pedido de revisão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 5160AD/2013, que tramitou no Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 53) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000288/2015-15 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo e determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator Originário: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 54) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000309/2015-94 (Recurso Interno)  
Recorrente: Helena Cristina de Paiva Ramos  
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 55) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000320/2015-54  
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer o controle do ato do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, que determinou a reforma da decisão do Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado, no sentido de que os efeitos financeiros acerca do ato de relotação provisória de servidora retroaja ao dia 1º de julho de 2014.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Ceará

- 56) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000339/2015-09  
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer o controle do ato do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, que determinou a reforma da decisão do Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado, no sentido de que os efeitos financeiros acerca do ato de relotação provisória de servidora retroaja ao dia 26 de maio de 2014.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Ceará
- 57) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000433/2015-50  
Requerente: Juliano da Silva – Promotor de Justiça do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer a determinação para o pagamento da gratificação pelo exercício cumulativo de funções devida a membro do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme disposto na legislação estadual.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Paraná
- 58) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000434/2015-02 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000438/2015-82)  
Requerentes: Luciana Vidal Pellegrino Kredens  
                  Roberta Meinhardt Flach  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Requer o controle do Edital nº 137/2015, referente ao concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, determinando-se a anulação das provas dissertativas com a convocação de todos os candidatos aptos para a realização de novas provas.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Rio Grande do Sul
- 59) Revisão de Decisão do Conselho n.º 0.00.000.000445/2015-84 (Recurso Interno)  
Recorrente: Flavio Alexandre Correa Maciel – Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Revisão da Decisão do Conselho proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001114/2011-38, que teve por objeto a suspensão de votações de editais de remoção interna do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, devido a adoção de critério para aferição da antiguidade não respeitar o quadro geral de antiguidade homologado pelo Conselho Superior do Órgão.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Minas Gerais

- 60) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000472/2015-57  
Requerente: Evandro Augusto Dell Agnelo Santos – Promotor de Justiça do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer o controle do ato proferido pelo Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos do Estado do Paraná, que indeferiu o pagamento da gratificação pelo exercício cumulativo de funções devido a membro do Ministério Público do mencionado Estado, consoante disciplinado na legislação estadual.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Paraná
- 61) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000475/2015-91  
Requerente: Ricardo Benvenhu – Promotor de Justiça do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer o controle do ato proferido pelo Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos do Estado do Paraná, que indeferiu o pagamento da gratificação pelo exercício cumulativo de funções devido a membro do Ministério Público do mencionado Estado, consoante disciplinado na legislação estadual.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Paraná
- 62) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000498/2015-03 (Apenso: Processo n.º 1.00063/2015-13)  
Requerente: Alexandre Oliveira Soares  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer o controle da quantidade de cargos em comissão e da iniciativa do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, de proposta legislativa para a criação de mais 216 cargos comissionados, em detrimento da nomeação dos aprovados em concurso público.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Espírito Santo
- 63) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000511/2015-16  
Requerente: Fabiola Moran Faloppa – Promotora de Justiça/SP  
Advogados: Arthur Pimentel Diogo – OAB/SP n.º 319.480; Marcus Vinicius Macedo Pessanha – OAB/SP n.º 335.421; Nelson Wilians Fratoni Rodrigues – OAB/SP n.º 128.341; Rafael Sganzerla Durand – OAB/SP n.º 211.648  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Visa impugnar ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, consubstanciado nas Portarias n.ºs 3797/2015, 3854/2015 e 3850/2015, restabelecendo-se aquele consubstanciado na Portaria n.º 13160/2015, que designou a requerente para assumir o exercício das funções do 16º Promotor de Justiça da Infância e Juventude.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: São Paulo

- 64) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000528/2015-73  
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Calvacante Machado – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer o controle da decisão proferida por membro do Ministério Público do Estado do Ceará, nos autos do Processo Administrativo n.º 13697/2015-4 (Recurso n.º 5.024/2015-1), que tratou de pagamento de diárias em razão de deslocamento de membros dentro da Região Metropolitana de Fortaleza.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Ceará
- 65) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000559/2015-24  
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho  
Requerido: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer a desconstituição da decisão administrativa do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, no Procedimento n.º 2.02.000.003887/2015-05.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Distrito Federal

## **PARTE II – PROCESSO ELETRÔNICO**

- 1) Consulta n.º 1.00016/2015-51  
Requerente: Eliane Araque dos Santos  
Assunto: Questionamentos. Decisão PCA CNMP 59/2012-40. Revisão de Proventos. Aposentadoria. EC 70/2012. Retroatividade. Prescrição. Aplicação do entendimento a todos os membros do MPT e demais ramos MPU.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**